

ATA DA 8ª. REUNIÃO ORDINÁRIA DO FÓRUM DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO DO ESTADO DO PARÁ – FOMENTUR

Aos vinte e nove dias do mês de dezembro, do ano de dois mil e quatro (29/12/2004), às dezessete horas (17 horas), na sala de reuniões da FIEPA - Federação das Indústrias do Estado do Pará, reuniram as instituições integrantes do Fórum de Desenvolvimento Turístico do Estado do Pará (FOMENTUR), assim representadas: Companhia Paraense de Turismo - PARATUR (Adenauer Góes – Presidente do Fórum); ABLA (Juvenil M. Silva - titular); FAEPA (Fernando Acatauassú Nunes e Paulo A. Teixeira); Secretaria Especial de Produção (Rosana Fernandes); ABIH (César Coimbra - titular); SINTRATUR (Adilson Pedro da Silva - titular); Secretaria Especial de Proteção Social (Rosemary Balduino de Souza Lopes – titular); AGTURB/PA (Jorge Breogan F. Rodrigues – Suplente); FACIAPA (Álvaro do Espírito Santo – titular); SINDETUR (Joacyr Rocha – titular); UVEPA (Maria do Socorro dos Santos Silva – titular); FAMEP (Fernando Lobato); ABBTUR/PA (Francisco Rocha – titular); ABAV/PA (Antonio Santiago Neto – titular); Secretaria Especial de Promoção Social (Olavo Gomes Pereira – titular); Comissão de Turismo da Assembléia Legislativa (Beatriz Imbiriba); Belém Convention & Visitors Bureau (Fátima Gonçalves – Suplente) e convidados: SETRAN (José Olívio de F. Câmara, Secretário Adjunto, e João Tertuliano Lins, Diretor de Transporte Hidroviário); Prefeito de Salvaterra (Humberto Salvador Filho); Prefeito Eleito de Cachoeira do Arari (Jaime Barbosa); Associação de Turismo Rural do Marajó – ATURMA (Ana Tereza Acatauassu Nunes); Assessor da Prefeitura de Soure (Ozanelle Magno) e Procurador da Prefeitura de Soure em Belém (José Augusto Pinto Silva). Na abertura da reunião o Presidente do Fórum registrou seus agradecimentos a direção da FIEPA pela cessão do espaço para a realização da reunião, passando em seguida a discussão dos itens da pauta: **1- Aprovação da ata da reunião anterior.** Não havendo retificação ou outra manifestação dos presentes a respeito a ata foi aprovada por unanimidade; **2- Apresentação do Decreto de extinção do Comitê Estadual de Municipalização do Turismo.** Levou ao conhecimento dos Conselheiros o Decreto Nº1.363, publicado no Diário Oficial do Estado em 25/11/2004. O referido Decreto extingue o Comitê Estadual do Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT). Substituído, na atual gestão do Ministério do Turismo, pelo Programa de Regionalização de Produtos Turísticos – Roteiros do Brasil; **3 – Criação da Câmara Temática de Regionalização.** Considerando a extinção do PNMT e a instituição dos Pólos Estaduais de Turismo o Presidente propôs a criação a Câmara Temática de Regionalização do Turismo, em substituição ao PNMT. O objetivo da referida Câmara é prestar assessoramento técnico ao FOMENTUR na implantação do Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil. Ressaltou que estariam votando somente a criação da câmara temática, posteriormente serão definidos os seus membros. Em seguida deixou a palavra franqueada para manifestação dos Conselheiros. Não havendo manifestação, a proposição foi colocada em votação e aprovada por unanimidade; **4 – Criação das Câmaras Setoriais de Turismo dos Pólos.** Considerando que o decreto governamental que criou o FOMENTUR – Decreto nº221, de 26/06/2003 – no seu art. 3º, Parágrafo Único, cita a necessidade de se criar as Câmaras Setoriais de Turismo dos Pólos de Desenvolvimento Turístico, o presidente apresentou proposta para criação dessas câmaras, ou seja, cada pólo turístico do estado terá sua câmara setorial e, a semelhança do item anterior, estava-se apenas definindo a sua criação, posteriormente se definirá os segmentos que irão compô-la. O que foi aprovado e pelos presentes. O Professor Álvaro do Espírito Santo pediu a palavra para informar que as

duas últimas propostas apresentadas pelo presidente constam nas diretrizes operacionais do Programa de Regionalização do Turismo e o ente a ser responsável pela gestão do turismo nos pólos está sendo chamado pelo Ministério de Turismo de Estância de Governança Regional. Propôs, como item de pauta da próxima reunião do FOMENTUR, a discussão do melhor modelo de gestão para a Estância de Governança Regional, já que o Ministério do Turismo não estabelece um modelo único para todo o Brasil, apenas recomenda que cada região produtiva do país analise qual seria o modelo de gestão mais conveniente, mais adequado, de característica de cada estado. A proposta foi aprovada pelos presentes. O representante da FAEPA, Sr. Fernando A. Nunes, sugeriu, visando uma melhor integração dos municípios como, também, uma oportunidade para mostrar seu potencial turístico, que as Câmaras Setoriais de Turismo fiquem abertas à participação de outras regiões. O Presidente informou ao Conselheiro que a sua proposta já está contemplada no Plano Estadual de Turismo, pois os seis pólos contemplam eixos de desenvolvimento do Estado. Além dos municípios prioritários de cada pólo temos os municípios que podem ser trabalhados de forma complementar, visando a questão do produto. O presidente destacou a importância da criação da Câmara Temática de Regionalização como também das Câmaras Setoriais de Turismo dos Pólos. Através delas se irá discutir o desenvolvimento do produto turístico paraense com a visão de qualidade, de competitividade mercadológica e de incremento do fluxo de turistas. **5 – Encontro Norte dos Fóruns Estaduais de Turismo.** O presidente informou que o encontro supracitado é uma proposta do Ministério do Turismo para as cinco regiões brasileiras. O Encontro da Região Norte ocorrerá em Belém, no próximo dia 14 de dezembro, no Hotel Regente, com previsão de pauta para o período da manhã e tarde. Contará com a presença da Diretora de Planejamento e Avaliação do Ministério do Turismo, Dra. Anya Ribeiro. Solicitou a presença efetiva dos membros do FOMENTUR, considerando que teremos a presença dos representantes de toda a região norte. Será uma oportunidade para se saber como os estados estão conduzindo suas ações nesta área e tirarmos experiências; **6 – Apresentação do relatório da oficina de regionalização do turismo, acontecidas no mês de março, em Belém. Relatório de efetivação de cadastramento de prestadores de serviços.** O presidente passou aos membros do conselho cópia do relatório das oficinas supracitadas, realizadas com o objetivo de definir a estratégia de implementação do Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil, propostas pelo Ministério do Turismo. Solicitou aos conselheiros que apresentem sugestões sobre o assunto, considerando que a implementação dos roteiros de regionalização passa pelo desenvolvimento de novos produtos turísticos, pelo menos três novos produtos por estado, que servirão de base para a realização do I Salão Nacional Profissional de Turismo a acontecer, em junho, em São Paulo. O Pará, objetivando uma melhor preparação para o evento, estará realizando, em maio/2005, a quinta versão do Salão Profissional Paraense de Turismo. Informou que a Paratur, através da Gerência Regional de Qualificação de Serviços Turísticos (ex-CADE), representa o Ministério do Turismo em Belém (ex-Embratur) com relação ao cadastramento dos equipamentos turísticos do estado. Está desenvolvendo uma série de avaliações desses produtos, por pólos, visando uma melhor aproximação com os empresários da área de turismo. É uma ação preliminar visando um programa de qualificação de prestação de serviços turísticos. É um item importante na atual estratégia do Ministério do Turismo e da Embratur, considerando que o numerário das verbas promocionais e de divulgação repassado para cada estado, levou em consideração o cadastro da atual Gerência Regional de Qualificação de Serviços Turísticos dos Estados; **7- Discussão sobre a questão do transporte no Marajó –**

qualidade e equipamentos – com a presença dos representantes da SETRAN, ARCON e do SINDARPA. Atendendo sugestão de alguns conselheiros na última reunião do Fórum, o Presidente convidou os representantes das instituições supracitadas, ligadas ao setor de transporte no estado, para discutirem os entresos com o transporte para a Ilha do Marajó, principalmente a questão da qualidade dos serviços prestados. Dentre os convidados apenas o representante do SINDARPA, Sr. Luiz Ivan Janaú, não compareceu. Em seguida, deixou o assunto em aberto onde os representantes do SINDETUR, FAMEP, ABBTUR, ABAV, Convention Bureau, ATURMA e Prefeitura de Salvaterra se manifestaram. Estes destacaram os itens que prejudicam a qualidade do transporte para a Ilha do Marajó: a) não há embarcação especial para o turismo, devido a falta de interesse do empresário em investir na qualidade de seus serviços, e as existentes não oferecem condições mínimas de conforto que o turista requer; b) o deficitário serviço de balsa na travessia Soure/Salaterra; c) precários equipamentos são utilizados para o transporte interno nas cidades da Ilha; d) a falta de condições das transportadoras em atender a demanda de público que ocorre nos chamados “feriadões”; e) as embarcações não obedecem ao horário de saída estabelecido e as vendas de passagem antecipada às operadoras não são respeitadas; f) qualidade no atendimento – funcionários desqualificados para trabalhar com o turista prejudicam a qualidade no atendimento; g) bloqueio político à participação de empresários interessados em investir, com boas embarcações, na linha Marajó/Belém/Marajó. Proposições apresentadas: a) envolver os prefeitos visando a melhoria de suas cidades considerando, principalmente, os grandes empreendimentos existentes na ilha; b) promover e incentivar reuniões entre empresários do setor de transporte fluvio-marítimo com empresários e entidades responsáveis pelo desenvolvimento turístico; c) que os empresários interessados em investir no transporte para a Ilha do Marajó apresentem suas propostas via FOMENTUR; d) retorno do navio soure, projetado para travessia da Baía do Guajará, à linha Marajó/Belém/Marajó. Em seguida Conselheiro Álvaro do Espírito Santo propôs, considerando o nível em que o Pará se encontra atualmente em termos de desenvolvimento turístico e por considerar, também, que o problema de transporte para a Ilha do Marajó está afetando a imagem do Pará como destinação turística e prejudicando os negócios de uma cadeia de empresas que atuam no receptivo e hotelaria, que este assunto, que agora ganha o status de um problema de Estado, pois extrapola a governabilidade dos órgãos específicos de transporte, tenha uma ação direta do Governador para resolver a questão por ser uma decisão política, de Estado. Antes de passar a palavra aos convidados do Fórum o presidente pediu um aparte para tecer comentários sobre o que foi colocado por alguns conselheiros. Citou alguns melhoramentos ocorridos no transporte para o marajó nos últimos anos, inclusive a delegação à iniciativa privada, por licitação, da execução do transporte para o Marajó objetivando, embora não tenha sido o esperado, melhorar o nível de qualidade dos serviços. Fruto do desenvolvimento de etapas que vem ocorrendo há tempos no Estado, inclusive pelos seus antecessores na Paratur. Hoje se tem a nítida visão do turismo como negócio. Esta perspectiva tende a avançar e a criar consistência, mas é um processo extremamente competitivo e o empresário terá que ser competente na prestação de seus serviços para se estabelecer. Em prosseguimento passou a palavra ao Dr. José Olívio (SETRAN) que citou as melhorias que a Secretaria vem promovendo nos terminais hidroviários do Estado. Em seguida passou a palavra ao Dr. Tertuliano Lins. Reportando-se ao relatório das oficinas entregue aos conselheiros, destacou a Matriz de Cooperação Institucional como uma das proposições mais objetivas. Entretanto, para funcionar é necessário que os empresários do turismo orientem,

explicitem, o que precisa ser feito. Falou das ações do Governo do Estado para o Marajó nos últimos 10 anos, entre elas a regularidade nas linhas; a recuperação dos ferry boats; os terminais, as estradas Salvaterra/Porto das Balsas e Soure/Pesqueiro que antes viviam um colapso. Ressaltou que para se especializar o transporte precisamos realizar pesquisas com o objetivo de definir o padrão tecnológico de transporte para o turismo que queremos. Também definir o que, realmente, o setor turismo precisa em termos de infraestrutura, como, por exemplo, o tipo de terminal mais adequado. Disse que o Estado não pode fazer nada com relação a portos e terminais, apesar de já existir um projeto para o armazém 10, porque a reivindicação do governo de estadualização dos portos do Pará não foi aceita pelo Governo Federal. Mas o Estado está analisando alternativas de terminais hidroviários. Isso não deixará de ser mais uma improvisação em relação ao turismo, já que precisamos de um terminal hidroviário para embarcações que saiam para todos os locais, inclusive para o turismo. Disse, também, que a grande dificuldade é não termos uma regulação do tráfego fluvial na Amazônia em função da falta de uma legislação que o Brasil todo se ressentir. Propôs ao fórum a participação da Secretaria Estadual de Integração Regional na consolidação dessa estratégia e se colocou à disposição do Fórum para colaborar na solução do problema em pauta. O conselheiro Álvaro do E. Santo falou que para mudar a situação do transporte precisamos mudar o paradigma, ou seja, tentar um novo modelo de transporte ajustado às necessidades do turismo, inclusive para acompanhar o projeto que o Governo do Estado está implantando para o turismo. Nesse novo momento, o transporte tem sido um gargalo, já que a política do turismo avança e a do transporte atrapalha. Disse que para colocarmos esses dois segmentos no mesmo patamar precisamos mudar o modelo de gestão. Então – concordando com o Dr. Ivanildo – temos que trabalhar articulados para poder discutir e construir juntos esse modelo. Em seguida o Presidente passou a palavra ao Dr. Ronaldo Barata (ARCON) que falou das reclamações recebidas semanalmente na ARCON e das ações da empresa junto às transportadoras visando contornar a crise. Obrigou-as à substituição ou melhorias de seus equipamentos, não isentando-as de multas e até suspensão de trafegabilidade por trinta (30) dias. Ressaltou que a travessia para o Marajó só pode ser realizada por embarcações apropriadas, que dêem segurança aos usuários. Essa autorização é concedida pela Capitania dos Portos que, periodicamente, as vistoria. Disse saber que aos olhos do turista essas embarcações não são adequadas. Em alguns casos, como nos “feriadões”, são insuficientes, mas, dizendo não querer tirar a parcela de culpa dos órgãos responsáveis, não se pode creditar ao Estado a falta de visão empresarial de quem explora este serviço. A respeito do Terminal hidroviário do Camará, pelo contrato de concessão, a Empresa Henvil tentou promover melhorias, lamentavelmente enfrentou barreiras da própria população de Salvaterra por causa dos camelôs. Além disso, a referida área é da União e a empresa não irá aplicar grandes melhorias se não receber garantias de permissão da União. Informou que o estado já tem um projeto pronto para o Câmara e solicitou à Secretaria de Patrimônio da União a cessão daquela área. Já foi aprovada, mas aguarda os cálculos do ônus para o Estado para então repassar à concessionária Henvil com as cobranças de melhorias devidas. Aproveitou a oportunidade para solicitar apoio da Prefeitura de Salvaterra, quando for efetivada essa cessão, a respeito dos vendedores ambulantes. Solicitou, também, uma melhor compreensão entre os dirigentes de Soure e Salvaterra visando benefícios mútuos. Quanto ao terminal Hidroviário de Belém, reiterando as palavras do Dr. Tertuliano Lins, disse que o governo já tem projeto aprovado da mesma qualidade da Estação das Docas para o galpão nº 10, mas o bem é da União e o Governo Federal não atendeu a

estadualização dos portos do Pará determinada pelo Governo passado. Além disso, a atual administração não permite a realização de melhorias no referido galpão. Sobre o Navio Soure informou que a ARCON irá abrir licitação obrigando, pelo menos uma vez por semana, o seu retorno à linha tradicional (Belém/Soure, às sextas-feiras; Soure/Belém, aos domingos). Diariamente essa linha não tem demanda necessária pelo fato da população já estar habituada a acessar a Ilha pelo Câmara. Concordou com a proposta do Dr. Tertuliano Lins de se discutir no fórum qual o melhor transporte para a região e, posteriormente, estimular a iniciativa privada a assumi-lo, já que ao Estado cabe a infraestrutura, não a exploração de linha de transporte. Disse que o transporte diário diferenciado para o turista poderá existir se esse fluxo for justificável. Por outro lado, observou que a Ilha do Marajó, também precisa melhorar a qualidade do seu transporte interno. Disse, também, que está de acordo com a sugestão de intervenção do Estado, desde que dêem subsídios e elementos capazes para indicar o transporte ideal para o Marajó. Fez referência aos cursos realizados em conjunto com a Paratur, Sebrae e Capitania dos Portos para os funcionários das empresas de transporte hidroviário, visando melhorar a qualidade no atendimento. Sugeriu ao Fórum convidar os empresários de transporte para que esses ouçam as reivindicações e também dêem sua colaboração ao Fórum. Ao final agradeceu pelo convite recebido. Por sua vez o Sr. César Coimbra (ABIH) informou que as sugestões de melhorias solicitadas para o transporte já foram entregues ao Secretário de Transporte. Disse também que não aceita que, por problemas políticos, o Estado não tenha providenciado uma estação hidroviária. Ao ser informado pelo representante da Arcon que os dez anos de governo Almir Gabriel e Simão Jatene não eram suficientes para se resolver todos os problemas de uma única vez, este argumentou que faltou ao Governo estabelecer prioridades, já que algumas ações foram priorizadas em detrimento da estação hidroviária. Destacando que, para a ABIH, o transporte para o Marajó é prioridade. Em seguida foi concedida a palavra ao Sr. Paulo A. Teixeira (FAEPA) que sugeriu a colocação de uma balsa ligando Cachoeira do Arari a Ponta de Pedras, objetivando reduzir o tempo de viagem atualmente feito por Santa Cruz do Arari. Também citou os problemas de comunicação existentes na Ilha do Marajó como bastante precário. Registrou o interesse dos produtores em compor parceria com empresários objetivando essas melhorias. Nessa oportunidade o Presidente informou ao Sr. Paulo Teixeira que já existe uma proposta da Paratur junto à SETRAN, incluída no Plano Plurianual de Governo, de ligação Ponta de Pedras/Cachoeira do Arari como também, via ferry boat, Ponta de Pedras/Barcarena. O Dr. Tertuliano complementou a informação do Presidente informando que o trabalho de ligação Barcarena/Ponta de Pedras já deveria estar adiantado, mas a instabilidade política local estava impedindo o seu andamento. Aproveitou a ocasião e solicitou aos prefeitos maior solidariedade com a hidrovia para o Marajó. A respeito do problema de telefonia, o Dr. José Olívio (SETRAN) informou que a Telemar pretende instalar em todo o Marajó, até o final de 2005, telefonia celular. Em continuidade foi apresentada proposta conjunta (ABIH/SETRAN/FACIAPA) de criação de uma Câmara Intermodal de transporte, priorizando, em primeiro momento, o Marajó. Sendo a mesma aprovada por unanimidade. O Dr. Ronaldo Barata colocou-se à disposição para participar da referida Câmara já que a Arcon, como reguladora do transporte intermunicipal, pode colaborar com o Fórum. Não havendo outro assunto a tratar, o Presidente agradeceu a presença de todos, especialmente aos convidados do Fórum, e deu por encerrada a reunião que para constar foi lavrada a presente ata.